



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INT VINÍCIUS SILVA FELÍCIO**

**APOIO LOGÍSTICO CL IX (MATERIAL DE MOTOMECANIZAÇÃO) ÀS  
OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS  
(INTERVENÇÃO FEDERAL) NO RIO DE JANEIRO.**

**Rio de Janeiro  
2019**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INT VINÍCIUS SILVA FELÍCIO**

**APOIO LOGÍSTICO CL IX (MATERIAL DE MOTOMECANIZAÇÃO) ÀS  
OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS  
(INTERVENÇÃO FEDERAL) NO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho acadêmico apresentado à  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,  
como requisito para a especialização  
em Ciências Militares com ênfase em  
Gestão Operacional.

**Rio de Janeiro  
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMii  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Int VINÍCIUS SILVA FELÍCIO**

Título: **APOIO LOGÍSTICO CL IX (MATERIAL DE MOTOMECANIZAÇÃO) ÀS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS (INTERVENÇÃO FEDERAL) NO RIO DE JANEIRO.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>CHARLES DAVIDSON SOARES BITENCOURT - Maj</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>WAGNER SANTANA DA COSTA - Maj</b> 1º Membro	
<b>JOÃO PAULO DE VASCONCELLOS ACCIOLI DA SILVA - Cap</b> 2º Membro e Orientador	

**VINÍCIUS SILVA FELÍCIO – Cap**  
Aluno

# **APOIO LOGÍSTICO CL IX (MATERIAL DE MOTOMECANIZAÇÃO) ÀS OPERAÇÕES DE COOPERAÇÃO E COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS (INTERVENÇÃO FEDERAL) NO RIO DE JANEIRO**

Vinícius Silva Felício\*  
João Paulo de Vasconcellos Accioli da Silva\*\*

## **RESUMO**

Os altos índices de criminalidade no Estado do Rio de Janeiro demonstram o fracasso das políticas de segurança e a incapacidade dos Órgãos de Segurança Pública do Estado em combater o crime organizado. Diante desse cenário caótico apresentado, tornou-se cada vez mais frequente a atuação das Forças Armadas em Operações de Garantia da Lei e da Ordem em cooperação e coordenação com as agências do Estado. Nesse contexto está inserido o conteúdo deste trabalho, voltado para a identificação das características peculiares da logística necessária para atender com eficiência e celeridade às demandas dessas operações, e propor melhorias no apoio logístico às tropas empregadas. A pesquisa utilizou conceitos exploratórios e quantitativos, através da coleta e análise de dados do apoio logístico durante a Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, com o escopo voltado para a aquisição de material e contratações para a manutenção de viaturas e a compra de novos veículos, buscando atingir os objetivos específicos propostos nesse estudo. O presente trabalho preocupou-se em identificar os principais óbices encontrados na sistemática de obtenção dos materiais, agravados pela premissa de tempo para realização dos processos licitatórios. Como resultado, nas considerações finais foram propostas oportunidades de melhoria na execução do apoio logístico que poderão servir de experimentação e subsidiar a consolidação de uma doutrina logística mais adequada para melhor atender as futuras operações desse tipo.

**Palavras-chave:** Intervenção Federal; apoio logístico; Operações de cooperação e coordenação com agências; Órgãos de Segurança Pública.

---

\* Capitão do Serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2009.

\*\* Capitão do Serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Pós-graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2014.

## **RESUMEN**

Las altas tasas de criminalidad en el estado de Rio de Janeiro demuestran el fracaso de las políticas de seguridad y la incapacidad de las agencias estatales de seguridad pública para combatir el crimen organizado. Frente a este escenario caótico presentado, el desempeño de las Fuerzas Armadas en Operaciones de Garantía de Ley y Orden en cooperación y coordinación con agencias estatales se hizo cada vez más frecuente. En este contexto se inserta el contenido de este trabajo, destinado a identificar las características peculiares de la logística requerida para satisfacer de manera eficiente y rápida las demandas de estas operaciones, y proponer mejoras en el apoyo logístico a las tropas empleadas. La investigación utilizó conceptos exploratorios y cuantitativos, a través de la recopilación y análisis de datos de apoyo logístico durante la Intervención Federal en el Estado de Río de Janeiro, con el alcance centrado en la adquisición de material y la contratación para el mantenimiento de vehículos y la compra de nuevos. vehículos, buscando alcanzar los objetivos específicos propuestos en este estudio. El presente trabajo se ocupó de identificar los principales obstáculos encontrados en la sistemática de obtención de los materiales, agravado por la premisa de tiempo para realizar los procesos de licitación. Como resultado, en las consideraciones finales, se propusieron oportunidades para mejorar la ejecución del apoyo logístico que podría usarse como experimentación y subsidiar la consolidación de una doctrina logística más adecuada para atender mejor las operaciones futuras de este tipo.

**Palabras clave:** Intervención federal; apoyo logístico; Operaciones de cooperación y coordinación con agencias; Organismos de seguridad pública.

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento do crime organizado é facilmente identificado no Brasil nas últimas décadas. O poder econômico adquirido pelas organizações criminosas corrobora para seu aparelhamento e conseqüente aumento substancial dos índices de criminalidade, o que dificulta ainda mais a atuação do Estado e a garantia dos direitos constitucionais da população brasileira.

Tal situação se mostra ainda mais grave no Estado do Rio de Janeiro, que apresenta índices alarmantes de violência, caracterizando a escalada do crime organizado e a diminuição da capacidade de atuação dos Órgãos de Segurança Pública, que diante da crise econômica enfrentada pelo Governo do Estado, tornou-se ineficaz no combate às facções criminosas, não sendo capaz de garantir a almejada segurança à população.

De acordo com o Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro:

O agravamento da urbanização desordenada e a falta de políticas públicas adequadas e eficazes, em especial no setor de transportes e habitação, ajudaram a criar áreas liberadas onde o poder público deixou de exercer seu papel de poder de polícia, não regulando a ocupação dos espaços e logradouros públicos. Os aspectos fisiográficos da cidade do Rio de Janeiro e adjacências em conjunto com a configuração do “terreno humano” na ocupação destes espaços tornaram ainda mais complexa a tarefa de coibir o crime organizado e de conter o aumento da violência que se observou desde a década de 1990 até os dias atuais. (BRASIL, 2018)

Corroborando ainda mais com esse cenário caótico estão os problemas sociais e a atuação bastante relevante do tráfico de drogas, atividade que faz circular muito dinheiro nas mãos do poder paralelo, principalmente nas áreas marginalizadas - as comunidades - onde residem grande parte da população carente de acesso à saúde, educação e outros serviços básicos.

O sucateamento dos Órgãos de Segurança Pública resultante do agravamento da crise político-econômica, a escalada da dívida pública, impossibilitando por vezes o pagamento de seu funcionalismo público, os desvios de finalidade e a corrupção sistematizada na administração do Estado, concorreram para o fracasso das políticas públicas de segurança, tornando as Forças Auxiliares incapazes de combater a

violência e o crime organizado. Assim como descrito no Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro:

Desta forma, o que se observa, nos últimos 30 (trinta) anos, são: o crescimento da violência; e a degradação da segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Os altos índices de corrupção e aparelhamento da máquina estatal tiveram reflexos diretos nas políticas de segurança pública adotadas. A gestão ineficaz, fraudulenta e irresponsável dos recursos orçamentários do Estado implicou a insolvência do mesmo, agravada pela crise econômica nacional, com reflexos em todas as áreas (econômica, social, científica e tecnológica, educação, segurança, infraestrutura, etc). (BRASIL, 2018)

Nesse contexto, tem se tornado cada vez mais frequente a atuação das Forças Armadas em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) para garantia da lei e da ordem públicas, cujo principal objetivo é auxiliar os órgãos de Segurança Pública do Estado em sua missão precípua de garantir a segurança da população. Porém as Forças Armadas, até então, foram empregadas para atacar as consequências da violência, pois as causas não foram combatidas e ainda se agravaram ao longo dos anos.

As Bases para Transformação da Doutrina Militar Terrestre definem agências como sendo:

“(...)organizações, instituições ou entidades, governamentais ou não, civis ou militares, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, fundamentadas em instrumentos legais e/ou normativos, que têm competências específicas e que possam exercer alguma interferência, que possuam interesses ou possam ser instrumentos, atores ou partes na prevenção de ameaças, no gerenciamento de crises e/ou na solução de conflitos”. (BRASIL, 2013)

De acordo com o Manual de Operações Interagências, as operações interagências caracterizam-se pela interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos (BRASIL, 2012). Conforme descrito no manual EB20-MF-10.221 - Cooperação Civil-Militar (CIMIC, sigla em inglês), a cooperação com agências é caracterizada por atividades que buscam estabelecer, manter, influenciar ou explorar as relações entre as forças militares, as

agências, as autoridades e a população em uma área operacional, contribuindo para a garantia de um ambiente seguro e estável. (BRASIL, 2017).

Na condução das operações no ambiente interagências, as Forças Armadas e as demais agências deverão buscar permanentemente atender aos princípios da cooperação, integração, complementaridade, legalidade, adaptabilidade, flexibilidade, simplicidade e unidade de esforços. A atuação das Forças Armadas nessas operações deve ser limitada através do ato legal que autorizou a intervenção, devendo durar até que os órgãos de segurança local tenham condições de reassumir o controle da situação. Encontra amparo no Art. 34, Inc III da Constituição Federal, “para pôr termo a grave comprometimento da Ordem Pública” (BRASIL, 1988).

### **1.1 Problema**

Diante da necessidade de emprego de tropas federais no esforço conjunto aos Órgãos de Segurança Pública (OSP) é essencial que se estabeleça um apoio logístico que satisfaça às características peculiares das Operações de Cooperação e Coordenação com Agências. A total disponibilidade de material e equipamentos, que permitam a sustentação das forças de segurança empregadas, é condição permanentemente almejada.

Goldoni (2017) aponta que essas operações possuem características bem singulares e sua logística exige um planejamento detalhado que possibilite se adaptar à natureza dinâmica e à complexidade do cenário operacional apresentado, buscando atender com celeridade as necessidades das tropas empregadas, sem, contudo, desviar-se da legislação vigente (CID; GOLDONI, 2017). A rapidez no atendimento das demandas é fator determinante para o sucesso das operações, fazendo com que a logística seja primordial para atingir o estado final desejado e a transformando na função de combate mais demandada nesse tipo de operação.

Segundo o manual de logística militar terrestre, “a logística é essencial para a manutenção e a exploração da iniciativa, determina a amplitude e duração das operações terrestres e contribui para a liberdade de ação durante as operações” (BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com o manual de logística militar terrestre, o emprego da força terrestre, preponderantemente, ocorre em ambiente conjunto e interagências, demonstrando a importância da estrutura logística em tempo de paz receber ou fornecer apoio às outras forças ou órgãos governamentais. Destacando, contudo, ser

desejável que haja um elevado grau de integração entre as logísticas dos segmentos militares e civis, assim como uma estreita coordenação e cooperação entre as Forças Singulares (FS), de modo que a racionalização das capacidades logísticas de cada Força maximiza a disponibilidade de recursos e otimiza as atividades de apoio (BRASIL, 2018).

Diante do cenário apresentado e do emprego das tropas durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, conforme Decreto Nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, surgiram os seguintes questionamentos: As demandas logísticas foram atendidas com a devida celeridade? O quanto a obsolescência e as precárias condições das viaturas dos órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro dificultaram/impediram a aquisição de suprimento para manutenção? A diversidade da frota e as diferenças entre as viaturas utilizadas pelas Forças Armadas e as usadas pelas Forças Auxiliares dificultaram o atendimento dessas necessidades? Qual a solução logística encontrada para o reaparelhamento dos OSP do Estado do Rio de Janeiro?

## **1.2 Objetivos**

O presente estudo irá analisar a logística nas operações de GLO, durante a Intervenção Federal no Rio de Janeiro, com o escopo voltado para o suprimento Classe IX – motomecanização - em apoio às tropas empregadas e aos Órgãos de Segurança Pública (OSP), bem como propor uma solução que atenda às necessidades de forma célere e alinhado às exigências legais, objetivando elevar a capacidade de pronto emprego do Exército Brasileiro em operações desta natureza.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Descrever as atividades e tarefas da função de combate logística em Operações GLO;
- b) Apresentar a estrutura organizacional do GIFRJ (Gabinete de Intervenção Federal), sua missão, diretrizes de planejamento e objetivos estratégicos.
- c) Identificar as características peculiares da logística durante a Intervenção Federal e a urgência na solução de suas demandas;
- d) Apresentar os dados referentes às aquisições e manutenção de material Classe IX para os OSP intervencionados;

e) Propor soluções que possam dar maior celeridade e melhor atender as demandas logísticas em Operações de Coordenação e Cooperação com Agências.

### **1.3 Justificativas e contribuições**

O presente artigo tem como objetivo aprimorar a aquisição de suprimento classe IX e sua posterior aplicação, visando diminuir o tempo de indisponibilidade do material de emprego militar (MEM), e dar maior poder de combate às tropas e demais forças de segurança pública no combate ao crime organizado no estado do Rio de Janeiro.

A atuação do Exército Brasileiro em Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA) vem ocupando papel de destaque no emprego da Força. No Estado do Rio de Janeiro, nos últimos anos, a impotência dos OSP perante o poder bélico e econômico das facções criminosas atuantes no Estado, faz com que a participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado seja cada vez mais constante, sendo autorizada mediante solicitação do governo do Estado.

Tal cenário caótico culminou na deflagração de seguidas Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como as Operações Arcanjo, São Francisco e Furacão, sob a coordenação do Comando Militar do Leste (CML). Em fevereiro de 2018, através do Decreto Nº 9.288, teve início a Intervenção Federal, com a criação do Gabinete de Intervenção Federal (GIF) como órgão responsável pelo planejamento e coordenação das operações.

Apesar do manual de GLO – MD33-M-10 , do manual de Logística Militar Terrestre do Exército – EB70-MC10.238 e do manual de Operações Interagências – MD33-M-12, a Doutrina do Exército Brasileiro carece de uma visão específica e detalhada sobre a aplicação de tropas e recursos financeiros nas operações ora citadas, até mesmo pelo ineditismo com que se desenvolveram. “A Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro constitui-se de atividade inédita, extraordinária e, em consequência, não há referências de melhores práticas nem qualquer série histórica”. (Plano Estratégico da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018).

Ainda não existe uma doutrina prevista em manuais para a logística das operações conjuntas. Por isso é de vital importância que seja feita uma consolidação de experiências anteriores. O apoio logístico, em operações que se desenvolvem nesse contexto, ainda ocorre em forma de experimentação doutrinária.

A pesquisa visa identificar os entraves encontrados na obtenção de suprimento, com o escopo para o material Classe IX e propor possíveis soluções para dar celeridade nas aquisições e atender, com eficiência, as demandas do pessoal empregado com a urgência que as operações desse porte exigem.

## **2 METODOLOGIA**

O presente trabalho será conduzido por meio de pesquisa qualitativa e exploratória à legislação que versa sobre o assunto em voga, decretos, trabalhos científicos e manuais doutrinários do Exército Brasileiro, com o intuito de agregar conhecimento acerca do tema, acumulando subsídios visando a solução do problema ora apresentado, e a construção de um referencial doutrinário que oriente futuras operações inseridas no contexto apresentado.

Visando atingir o objetivo geral proposto, realizar-se-á busca e consolidação de dados referentes às aquisições de material pelas Organizações Militares ligadas ao Gabinete de Intervenção Federal (GIF). Além de uma pesquisa bibliográfica sobre as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), Operações GLO, e Operações Interagências.

Como conclusão, com base nesse estudo e nas principais dificuldades encontradas pelos agentes da administração responsáveis pelas aquisições dos meios e contratações para subsidiar as operações, objetiva-se dar mais eficiência à logística de aquisição e distribuição dos materiais, mitigando os óbices encontrados, tornando-a mais célere e com maior segurança jurídica para os executores.

### **2.1 Revisão de literatura**

O surgimento de novos atores não governamentais e a dinâmica do combate moderno exigem que o Exército Brasileiro seja capaz de atuar em um cenário de guerra não convencional e em ambiente de cooperação interagências. De acordo com o manual de logística militar terrestre:

A logística deve ser concebida para atender às operações de amplo espectro, em situações de guerra e não guerra, com uma estrutura capaz de evoluir de uma situação de paz para a de guerra/conflito armado. Para tanto, sua organização será pautada pela flexibilidade, adaptabilidade, modularidade e sustentabilidade. (BRASIL, 2018)

A “logística na medida certa” consiste em realizar o apoio logístico de acordo com cada situação, devendo ter como premissas: a gestão das informações, distribuição, precisão e presteza no ciclo logístico e a capacitação dos recursos humanos (BRASIL, 2018).

Conforme descrito no manual de logística militar terrestre, o ciclo logístico é um processo contínuo e ordenado em 3 fases que organizam a sistemática do apoio: determinação das necessidades, obtenção e distribuição.

Devido ao caráter dinâmico das operações, o maior problema enfrentado pela logística encontra-se na fase de obtenção, que devido a entraves burocráticos pode não atender de maneira tempestiva as demandas que surgirem. “O fator tempo, sob o enfoque dos prazos para obtenção, pode ser determinante em alguns casos, a despeito, inclusive, da disponibilidade de recursos financeiros” (BRASIL, 2018)

De acordo com Boutellis (2014), “a velocidade de instalação dos meios de uma missão é o maior desafio da logística, pois sempre é possível obter o desejado, o problema é a rapidez que se obtém”.

Essa condição de temporalidade exige que o Exército esteja constantemente em busca de soluções eficientes para o atendimento das necessidades das tropas empregadas, que dependem da rapidez na reposição ou reparação de seus materiais e equipamentos para que possam sustentar-se nas ações.

A dificuldade de aquisição não está nos materiais e equipamentos utilizados pelo Exército Brasileiro, pois estes são de dotação da Força e uso cotidiano, já integrando uma cadeia de suprimento planejada, mas sim nos materiais específicos das demais agências apoiadas, que divergem dos empregados pelas tropas e carecem de um levantamento prévio.

Vale destacar que a revisão da literatura limitou-se a explorar as Operações GLO no Rio de Janeiro, inseridas no contexto da Intervenção Federal.

As ideias-chave pesquisadas foram: logística, Operações de Garantia da Lei e da Ordem, Operações de Cooperação e Coordenação com Agências, Gabinete de Intervenção Federal, Órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, suprimento Classe IX – motomecanização, manutenção das viaturas Intervenção Federal, em sítios de busca na internet, site da ECEME, Biblioteca Digital do Exército (BDEx), buscando agregar conteúdo e utilizar fontes primárias de informação.

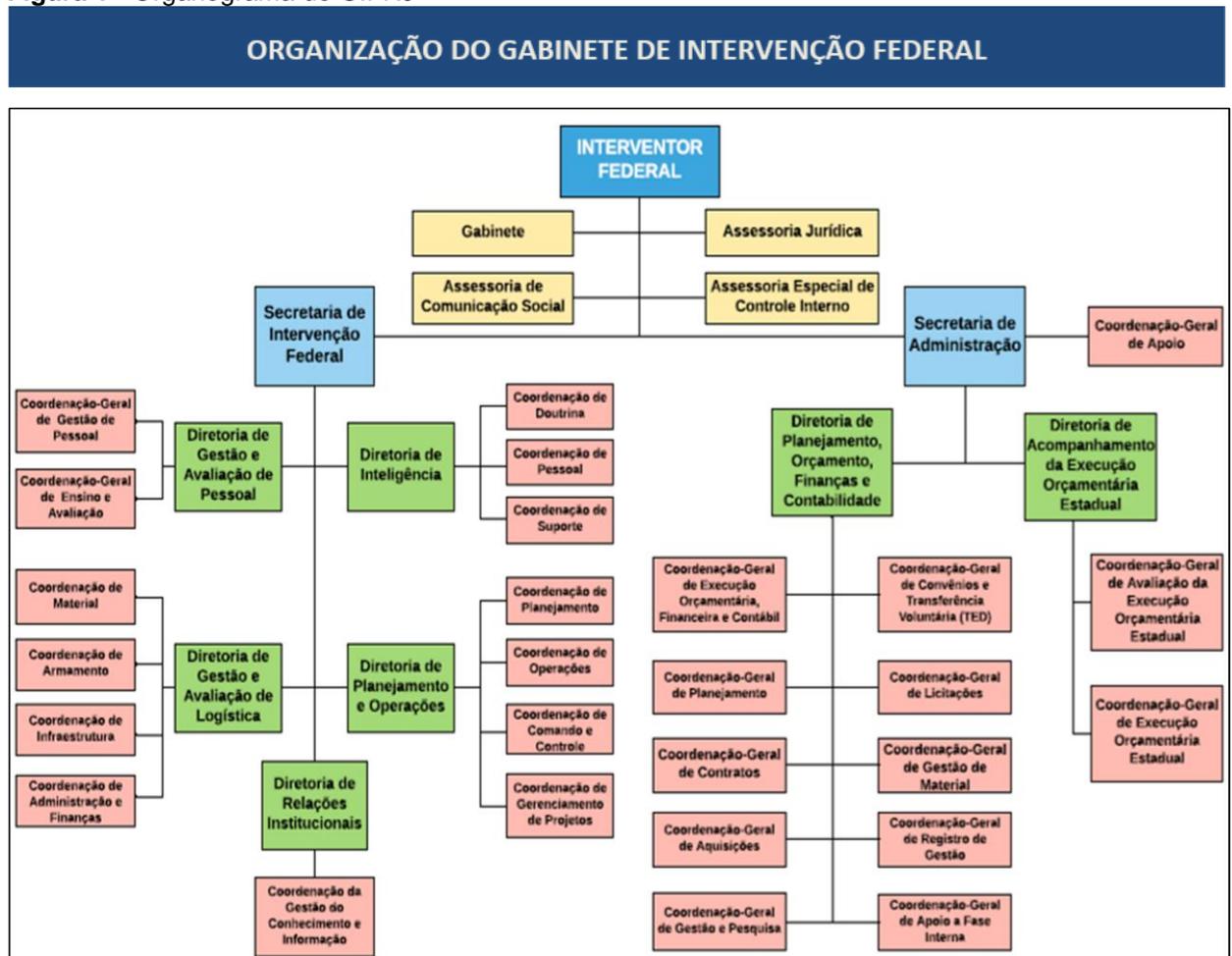
### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme consta no Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a missão do GIFRJ, pode ser assim definida:

A fim de contribuir com o definido no Decreto 9.288/2018, que estabeleceu os efeitos e limites da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública no Estado do RJ, com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, planejar, coordenar e executar ações que busquem efetivamente a recuperação incremental da capacidade operativa dos OSP e da SEAP, com a diminuição gradual dos índices de criminalidade, aumentando a percepção de segurança na sociedade fluminense e contribuindo para a garantia de ambiente seguro e estável. (BRASIL, 2018)

De acordo com o Plano Estratégico da Intervenção Federal, o GIFRJ está organizado da seguinte forma:

Figura 1 - Organograma do GIFRJ



Fonte: Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª edição)

No Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro constam os seguintes Objetivos Estratégicos (OE) estabelecidos pelo GIFRJ, com suas respectivas descrição, apresentação e estratégias, alinhados com sua missão, com as diretrizes de planejamento, com a intenção do Interventor Federal e coerente com o diagnóstico estratégico realizado, buscando atingir o estado final desejado.

**Tabela1** – Objetivos estratégicos do GIFRJ

<b>OE</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>ESTRATÉGIAS</b>
OE/01	Diminuir, gradualmente, os índices de criminalidade.	Redução dos índices relacionados às modalidades criminosas de letalidade violenta (homicídio doloso, latrocínio, morte decorrente de intervenção policial e lesão corporal seguida de morte), roubo de veículo, roubo de rua e roubo de carga.	1-Empregar com efetividade (eficiência e eficácia) as Forças de Segurança (OSP) no cumprimento de suas missões. 2-Buscar a efetividade (eficiência e eficácia) das Forças de Segurança (OSP). 3-Buscar a efetividade (eficiência e eficácia) do CCj.
OE/02	Recuperar, incrementalmente, a capacidade operativa das Secretarias de Estado e OSP intervencionados do Estado do Rio de Janeiro.	Aperfeiçoamento dos fatores determinantes, inter-relacionados e indissociáveis: doutrina, organização (e processos), adestramento (capacitação), material, educação, pessoal e infraestrutura (DOAMEPI).	1-Fortalecer as estruturas de formação e capacitação de recursos humanos das instituições. 2-Reorganizar a gestão de recursos humanos dos OSP e da SEAP. 3-Adquirir, manter e recuperar o material de emprego individual e coletivo das Secretarias de Estado e OSP intervencionados. 4-Reorganizar as funções logísticas dos OSP e da SEAP. 5-Elaborar Plano Diretor de Obras e Serviços (PDOS). 6-Adquirir materiais (consumo e permanente) para as Secretarias de Estado e OSP intervencionados.
OE/03	Articular, de forma coordenada, as instituições dos entes federativos	Fomento do compartilhamento de responsabilidades na Área de Segurança Pública, por meio do estabelecimento de instrumentos normativos (projetos de lei, decretos, instruções normativas, portarias etc).	1-Desenvolver protocolos interagências para as ações de Segurança Pública e Inteligência. 2-Potencializar as estruturas de Comando e Controle do CICC, das Secretarias de Estado e dos OSP intervencionados para as ações de Segurança Pública.
OE/04	Fortalecer o caráter institucional da Segurança	Fortalecimento do caráter institucional da Segurança	1-Reorganizar a estrutura da Segurança Pública e do

	Pública e do Sistema Prisional.	Pública e do Sistema Prisional, como atividade técnico-operacional, minimizando fatores políticos.	Sistema Prisional do Estado do Rio de Janeiro. 2-Sistematizar visitas e inspeções corporativas. 3-Resgatar e desenvolver princípios, crenças, valores, e tradições nas Secretarias de Estado e OSP intervencionados. 4-Aperfeiçoar a Gestão Financeira nas Secretarias de Estado e OSP intervencionados. 5-Melhorar o relacionamento e a imagem dos OSP junto à população.
OE/05	Melhorar a qualidade e a gestão do Sistema Prisional, das Secretarias de Estado e dos OSP intervencionados	Modernização do Sistema Prisional, das Secretarias de Estado e dos OSP intervencionados, por meio da elaboração de projetos, em diversas áreas funcionais	1-Aprimorar as estruturas organizacionais e de gestão das Secretarias de Estado e OSP intervencionados. 2-Modernizar a infraestrutura do Sistema Prisional do Estado do RJ. 3-Prover o Sistema Prisional do Estado do RJ com materiais permanentes e de consumo que melhorem a qualidade das condições de trabalho dos integrantes da SEAP e de encarceramento dos apenados.
OE/06	Implantar estruturas necessárias ao planejamento, coordenação e gerenciamento das ações estratégicas da Intervenção Federal.	Condução do planejamento e gerenciamento das ações estratégicas da Intervenção Federal, por meio da ativação de estruturas organizacionais.	1-Prover as estruturas da Intervenção Federal com meios (pessoal e material) necessários ao planejamento, coordenação e gerenciamento das ações estratégicas.

**Fonte:** Plano Estratégico da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2ª edição)

Os objetivos estratégicos estabelecidos, puderam ser alcançados por meio de ações emergenciais e medidas estruturantes, desenvolvidas pelo GIFRJ em diversas áreas funcionais, tais como: pessoal, operações, logística, inteligência e comunicação social.

As ações emergenciais objetivaram diminuir gradualmente os índices de criminalidade no Estado, aumentando a percepção de segurança da população e transformando a cidade em um ambiente mais seguro e estável.

As ações estruturantes buscaram recuperar a capacidade operativa dos OSP, com medidas que procuraram implantar processos, criar a mentalidade de conservação e manutenção dos materiais, reorganizar as estruturas logísticas das

polícias, mudar a estrutura organizacional e a gestão dessas agências, de modo que, ao fim da intervenção, estas pudessem manter o legado deixado pela força interventora.

Em 27 de março de 2018, através da Medida Provisória nº 825, foi autorizada a descentralização de crédito extraordinário no valor de R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) para atender as necessidades de aquisições e contratações necessárias ao desenvolvimento das ações da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro.

O recebimento do crédito extraordinário foi ratificado em 02 de agosto de 2018, pela Lei nº 13.700, e a estrutura de grupos de natureza de despesa ficou definida da seguinte forma: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) para investimento, na fonte 0100000000; R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) para custeio, na fonte 0300000000; e R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) para investimento, na fonte 0300000000.

Conforme definido no Plano de Aquisições da Intervenção Federal:

O Plano de Aquisições contempla as requisições feitas pelos Órgãos de Segurança Pública (OSP) e validadas preliminarmente pela Secretaria de Intervenção Federal, referentes às aquisições de bens permanentes e de consumo, tais como equipamentos individuais, munições, coletes balísticos, armamentos de tipos variados, viaturas de patrulhamento, viaturas de transporte de tropa, viaturas de transporte de presos, equipamentos de investigação para a polícia técnica, e de serviços não continuados, tais como manutenção de viaturas, reparações e adequações de instalações, entre outros. (BRASIL, 2018)

Ainda de acordo com o plano supracitado, as aquisições e contratações foram baseadas nas demandas apresentadas pelos OSP ao GIFRJ, por intermédio da Secretaria de Intervenção Federal (SIF). As compras não realizadas diretamente pela Secretaria de Administração do GIFRJ puderam ser efetuadas pelos órgãos federais diretamente empregados nas operações da Intervenção Federal por intermédio de Termos de Execução Descentralizada (TED), nos quais foram firmados compromissos, no próprio instrumento de parceria, para utilização dos respectivos valores descentralizados até 31/12/2018, ou na impossibilidade de empenho dos recursos, a correspondente devolução até a mesma data.

O plano de aquisições para atender as demandas dos OSP e dos Órgãos Federais empregados nas operações da Intervenção Federal ficou assim definido:

**Figura 2 -** Quadro gerencial do Plano de Aquisições

GRUPO	TIPO	PARTE	DESCRIÇÃO	Valor R\$
1	AQUISIÇÕES	A	MATERIAL DE CONSUMO	115.130.792,18
		B	SERVIÇOS DE TERCEIROS E PAGAMENTO DE TAXAS	53.533.266,21
		C	MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	18.396,23
		D	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES	88.364.895,24
		E	INVESTIMENTOS	792.766.969,06
2	TED	F	MINISTÉRIO DA DEFESA	55.162.456,00
		G	MARINHA DO BRASIL	31.363.429,00
		H	FORÇA AÉREA BRASILEIRA	15.418.550,00
		I	EXÉRCITO BRASILEIRO	76.858.350,00
		J	EXÉRCITO BRASILEIRO	21.197.215,00
		K	MARINHA DO BRASIL	30.074.683,10
		L	EXÉRCITO BRASILEIRO	121.000,00
		M	EXÉRCITO BRASILEIRO	2.038.400,81
		N	EXÉRCITO BRASILEIRO	327.789,66
		O	EXÉRCITO BRASILEIRO	6.748.711,00
		P	EXÉRCITO BRASILEIRO	213.107,15
3	TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS – UG 110001 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	Q	PASSAGENS	427.817,50
			DIÁRIAS	211.465,10
TOTAL DO PLANO DE AQUISIÇÕES				1.289.977.293,24

**Fonte:** Plano de Aquisições da Intervenção Federal na Área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Após a consolidação dos dados obtidos em consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, do Programa 2081 – Justiça, Cidadania e Segurança Pública, da Ação Orçamentária 00QS - Ações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, os recursos empenhados para atender as demandas das tropas empregadas durante a intervenção e para atingir o objetivo estratégico nº 02 (OE/02) de recuperar incrementalmente a capacidade operativa dos OSP, totalizaram o valor de **R\$1.165.871.286,56** (um bilhão cento e sessenta e cinco milhões oitocentos e setenta e um mil duzentos e oitenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), valor que corresponde a aproximadamente 97,16% do crédito inicialmente destinado.

Para se chegar ao valor supracitado foram contabilizados os recursos empregados na aquisição de material de consumo em geral; contratação de serviços de manutenção e apoio; aquisição de material para distribuição gratuita; aquisição/contratação de tecnologia da informação e comunicações (TIC); compra de

equipamentos, veículos diversos e aeronaves; compra de armamento e munição; e a transferência de recursos para a Secretaria de Administração da Presidência da República (UG: 110001) para o pagamento de diárias de pessoal civil e militar, e compra de passagens. A execução orçamentária foi realizada pela Secretaria de Administração do GIFRJ ou por Organizações Militares do Comando Militar do Leste (CML), através da descentralização do recurso mediante assinatura dos Termos de Execução Descentralizada (TED), as quais realizaram suas aquisições/contratações alinhadas com a finalidade de emprego da célula intervencionista.

Como o escopo deste trabalho está voltado para a aquisição de suprimento Classe IX - material de motomecanização e aviação – conforme definido nas Normas Administrativas Relativas ao Suprimento (NARSUP) do Exército Brasileiro, abaixo apresenta-se de forma compilada e resumida as aquisições e contratações decorrentes da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, de suprimento Classe IX, incluindo os diversos veículos adquiridos, dos mais variados tipos, e aeronaves, que certamente contribuíram para o atingimento do objetivo estratégico nº 02 da intervenção e aumentaram a capacidade operativa dos órgãos intervencionados.

As tabelas estão divididas por classificação orçamentária e pelos órgãos que realizaram os respectivos empregos dos recursos, GIFRJ ou TED celebrados por intermédio do Comando Logístico (COLOG) com as Unidades Gestoras (UG) subordinadas ao CML.

**Tabela 2 – Suprimentos adquiridos para a manutenção de viaturas**

**PARTE A: CUSTEIO – MATERIAL DE CONSUMO**

Classificação Orçamentária	Descrição	Destinação	OE	Valor Total (R\$)
33.90.30.39	Pneus e baterias automotivas diversos	SEAP	2	R\$240.978,50
33.90.30.39	Pneus e baterias diversos	PCERJ	2	R\$7.021.541,34

**TOTAL: R\$7.262.519,84**

**Tabela 3 – Viaturas adquiridas**

**PARTE E: INVESTIMENTO - MATERIAL PERMANENTE**

Classificação Orçamentária	Descrição	Destinação	OE	Valor Total (R\$)
44.90.52	Veículo de Tração Mecânica - Micro-ônibus 32 lugares	GIFRJ	6	R\$327.000,00
44.90.52	Reboque Prancha	SEAP	2	R\$182.083,33
44.90.52	Van para Transporte de Tropa	SEAP	2	R\$874.219,20
44.90.52	Ambulância UTI Móvel	SEAP	2	R\$227.823,57
44.90.52	Caminhão Baú	SEAP	2	R\$195.000,00
44.90.52	Pick-up Transporte de Preso	SEAP	2	R\$1.617.500,00
44.90.52	Pick-up Transporte de Tropa	SEAP	2	R\$1.601.482,50
44.90.52	Ônibus para Transporte de Preso	SEAP	2	R\$2.662.428,50
44.90.52	Caminhão para Transporte de Presos	SEAP	2	R\$414.364,92
44.90.52	Viatura Sedan descaracterizada	SEAP	2	R\$175.421,49
44.90.52	Viatura Hatch descaracterizada	SEAP	2	R\$161.273,10
44.90.52	Moto	SEAP	2	R\$27.814,86
44.90.52	Quadriciclo4x4	CBMERJ	2	R\$854.880,00
44.90.52	Viatura de Auto Busca e Salvamento	CBMERJ	2	R\$2.731.935,00
44.90.52	Moto Aquática	CBMERJ	2	R\$2.848.137,60
44.90.52	Viatura Sedan	CBMERJ	2	R\$175.421,49
44.90.52	Moto	CBMERJ	2	R\$18.543,24

(continua)

44.90.52	Viatura tipo Jipe 4 x 4	CBMERJ	2	R\$3.237.351,68
44.90.52	Ambulância UTI	PMERJ	2	R\$1.822.588,56
44.90.52	Caminhão Reboque Prancha	PMERJ	2	R\$1.638.749,97
44.90.52	Ônibus	PMERJ	2	R\$7.250.911,08
44.90.52	Caminhão Baú	PMERJ	2	R\$1.560.000,00
44.90.52	Radio Patrulha Sedan	PMERJ	2	R\$111.250.125,00
44.90.52	SUV Patamo	PMERJ	2	R\$88.762.716,00
44.90.52	Pick-up Caracterizada	PMERJ	2	R\$8.167.560,75
44.90.52	Veículo Utilitário adaptado para Trnp de Cadeirante	PMERJ	2	R\$214.283,88
44.90.52	Caminhão Tanque para abastecimento de Aeronaves com QAV	PMERJ	2	R\$1.081.746,43
44.90.52	Motocicletas	PMERJ	2	R\$11.960.520,00
44.90.52	Motocicletas (BPCHOQUE)	PMERJ	2	R\$10.605.201,60
44.90.52	Veículo tipo furgão adaptado para atuar como sala de operações móvel	PMERJ	2	R\$566.766,67
44.90.52	Veículo tipo Trator de Rodas-Rodado Duplo	PMERJ	2	R\$87.400,00
44.90.52	Veículo Lançador de Água	PMERJ	2	R\$2.524.200,00
44.90.52	Viatura Caracterizada Sedan	PCERJ	2	R\$72.098.232,39
44.90.52	Viatura Descaracterizada Hatch	PCERJ	2	R\$21.503.080,00
44.90.52	Caminhão Reboque Prancha	PCERJ	2	R\$364.166,66
44.90.52	Caminhão Baú	PCERJ	2	R\$195.000,00
44.90.52	Aquisição de veículos oficiais de representação, tipo sedan, com proteção balística (blindados), nível III-A	PCERJ	2	R\$1.860.095,50
44.90.52	Veículo Furgão	PCERJ	2	R\$264.376,00
44.90.52	Veículo tipo Sedan Luxo	PCERJ	2	R\$552.389,16
44.90.52	Veículo tipo Sedan Médio	PCEERJ	2	R\$1.743.419,44
44.90.52	Viatura Sedan	SESEG	2	R\$935.581,28
44.90.52	Viatura Hatch	SESEG	2	R\$698.850,10
44.90.52	Pick-up Cabine Dupla	SESEG	2	R\$559.321,00
44.90.52	Pick-up Cabine Estendida	SESEG	2	R\$62.679,33
44.90.52	Moto	SESEG	2	R\$18.543,24
44.90.52	Motocicleta para escolta	PMERJ	2	R\$1.988.498,40
44.90.52	Veículo de Transporte de Tropa – Unidade de Controle de Distúrbio	PMERJ	2	R\$840.960,40

TOTAL: R\$369.510.643,32

**Tabela 4 – Empenhos através de TED separados por natureza de despesas (ND)**

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) PARA APOIO ORÇAMENTÁRIO ÀS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO DA DEFESA E DAS FORÇAS ARMADAS, CELEBRADOS COM A FINALIDADE DE PERMITIR O EMPREGO DE SEUS MEIOS EM APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRAÇADOS PELO GIFRJ NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Classificação Orçamentária	Descrição	Destinação	OE	Valor Total (R\$)
44.90.52	Aquisição de equipamentos e viaturas para uso da Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (Polícia Civil e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária)	PCERJ e SEAP	2	R\$30.074.683,10
33.90.39	Serviços de manutenção de viaturas blindadas	GIFRJ	2	R\$2.038.400,81
33.90.30	Materiais de consumo para manutenção de viaturas não blindadas	GIFRJ	2	R\$327.789,66

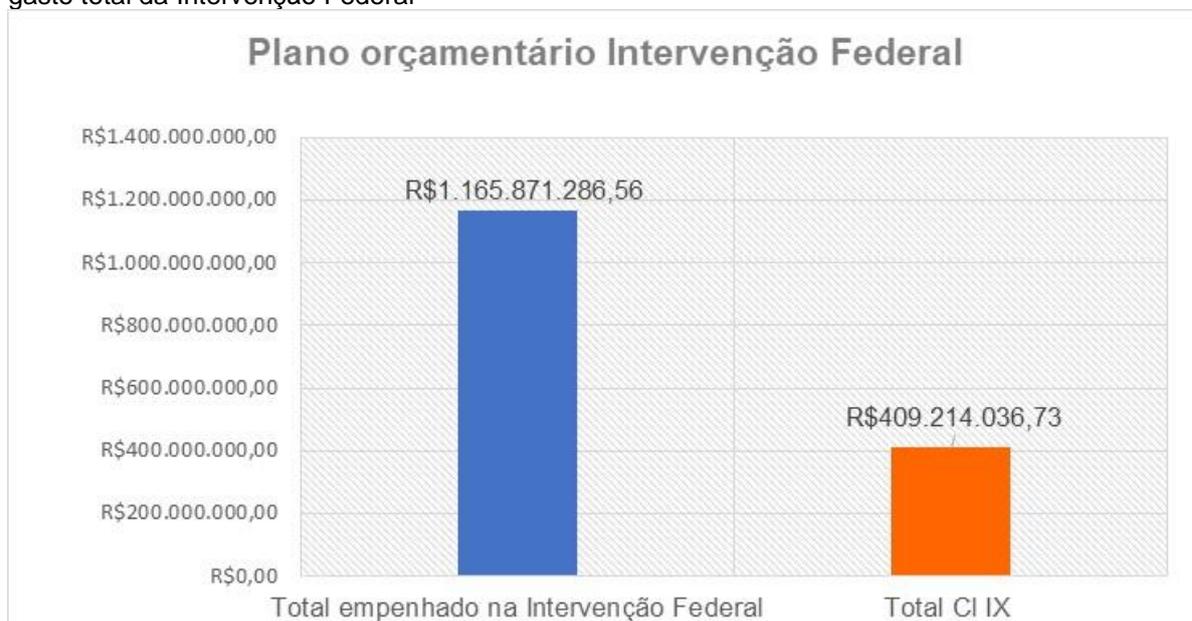
TOTAL: R\$32.440.873,57

**Fonte:** Plano de Aquisições da Intervenção Federal na área de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro

**Gráfico 1: Empenhos material Classe IX por natureza de despesas (ND)**

**Fonte:** Portal da Transparência do Governo Federal

**Gráfico 2:** Comparação dos recursos utilizados com aquisições/contratações de material CI IX e o gasto total da Intervenção Federal



**Fonte:** Portal da Transparência do Governo Federal

Da análise dos dados acima expostos pode-se concluir, conforme apresentado no gráfico 2, que a aquisição de suprimento classe IX representou grande parcela dos custos da Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro, perfazendo um total de aproximadamente 34,10% do montante de recursos empenhados para esta finalidade, destacando-se como a principal atividade logística desempenhada na busca da recuperação da capacidade operativa das secretarias de Estado e OSP, objetivando o combate ao crime organizado.

Conforme observado no gráfico 1, de todo o material classe IX, destaca-se o alto percentual empregado na aquisição de novas viaturas, 97,65% do total, enquanto o material de consumo (peças de reposição automotiva, pneus, baterias) e os serviços de manutenção de auto representaram, somados, pouco mais de 2%, respectivamente 1,85% e 0,5% do total empenhado nesta classe de suprimento.

Tais números são justificados pela obsolescência dos veículos utilizados pelas agências, reforçando a assertiva de que a falta de manutenção desses materiais, as enormes deficiências na cadeia logística, e a falta de recursos causada pela crise econômico-financeira do Estado, fizeram com que grande parte das viaturas pertencentes aos OSP se apresentassem indisponíveis e culminassem na inviabilidade econômica para serem recuperadas e novamente utilizadas.

Cabe destacar que foram compradas 3 aeronaves de asa rotativa, para vigilância, incursão (operacional) e evacuação aero médica com UTI, perfazendo um total de mais de 115 milhões de reais, a serem entregues ao Corpo de Bombeiros Militares do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ), que não foram contabilizadas nas tabelas e gráficos acima, por ainda não terem sido recebidas e para destacar esses nobres meios que irão elevar sobremaneira a capacidade operacional desses órgãos estaduais.

Como legado tangível da inédita Intervenção Federal, foram comprados 4.350 veículos novos, distribuídos para as secretarias e OSP intervencionados. Como legado intangível destacam-se as mudanças realizadas nas áreas de pessoal, ensino, inteligência, administração e logística, através de ações de capacitação de servidores, reestruturação das academias e demais centros de formação e especialização, aperfeiçoamento da política e estratégia de inteligência, implantação de novos atos normativos e decretos, inserção de uma mentalidade reconhecendo a importância de uma gestão eficiente, e reestruturação de suas cadeias logísticas básicas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como conclusão do presente trabalho pode-se considerar que os objetivos propostos atenderam à intenção de ampliar a compreensão sobre as características peculiares da logística em operações de cooperação e coordenação com agências. As recentes participações do Exército Brasileiro em operações em ambiente interagências são importantes fontes de experiência e ensinamentos que contribuirão para o desenvolvimento de uma doutrina logística capaz de atender ao amplo espectro característico dessas operações.

Pode-se concluir que os maiores desafios encontrados foram: o pouco tempo entre a autorização para participação do Exército e o início do surgimento das demandas advindas do início efetivo das ações; e a gama bastante diversificada de meios empregados pelos OSP, diferentes, em sua maioria, dos materiais e equipamentos de dotação da força terrestre, os quais já possuem uma cadeia de distribuição de suprimento planejada. Como fator agravante, as péssimas condições de uso em que se encontravam os veículos funcionais dos OSP e secretarias do Estado, elevaram os custos para atender as necessidades dessas agências.

Para se ter melhor entendimento sobre o grau de complexidade advindo da escassez de tempo para empenho dos recursos descentralizados para atender a Intervenção Federal, foram realizados 321 processos licitatórios em menos de um ano, alguns deles com participação de empresas internacionais, com a finalidade de atender à determinação de emprego dos créditos até 31 de dezembro de 2018.

Ressalta-se que, conforme análise dos números apresentados no capítulo anterior, o material classe IX apresentou papel de destaque para a consecução do objetivo de recuperar a capacidade operativa dos OSP, revelando-se como importante vetor na geração de poder de combate ao crime no Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do presente estudo, como forma de mitigar os problemas acima expostos, e levando-se em consideração os fatores operacionais, políticos, doutrinários, legais, técnicos e financeiros, há dois pontos, que precisam ser considerados, que serão pormenorizados nos tópicos seguintes.

a) A terceirização de algumas atividades logísticas, buscando aumentar o poder de combate da tropa empregada, com a utilização de empresas civis que já atuam no ramo da logística, a exemplo do que já acontece no Exército dos Estados Unidos, através de contratos de longo período firmados desde a situação de normalidade e que se mostrem capazes de atender as demandas em situação de emprego de uma operação GLO.

b) Que seja mantido nos Comandos Militares de Área, principalmente no CML (devido às sucessivas participações em operações GLO), uma estrutura administrativa permanente a fim de, baseado nas hipóteses de emprego nesse tipo de operação, realizar certames licitatórios com sistema de registro de preços (SRP) de modo que se possa manter um cadastro de empresas fornecedoras capazes de atender de forma célere a decretação da participação da força terrestre em operações inseridas no contexto da segurança pública, evoluindo, com rapidez e o mínimo de adaptações para uma situação de conflito.

Contudo, concomitante ao proposto, existe a necessidade de que haja uma mudança na legislação, em um esforço conjunto com os órgãos de controle da União, objetivando autorizar e amparar legalmente as características específicas desses processos licitatórios e permitir a celebração prévia de contratos, que serão devidamente executados conforme necessidade de emprego.

Cabe ressaltar que os pontos acima mencionados, apenas apresentam hipóteses que carecem de um aprofundamento nos estudos para uma possível

implementação. A experimentação doutrinária poderá dirimir as dúvidas e esclarecer os possíveis reflexos para o desenvolvimento das funções e atividades logísticas.

Por fim, espera-se que este trabalho possa contribuir para a constante evolução da doutrina logística do Exército Brasileiro no contexto das operações de cooperação e coordenação com agências, inseridas em um cenário atual que mostra-se cada vez mais incerto e complexo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando de Operações Terrestres. **EB70-MC-10.238: Logística Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.

\_\_\_\_\_. Departamento de Educação e Cultura do Exército. **Nota de Coordenação Doutrinária (NCD) Nr 001/2015 – A Logística nas Operações**. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério de Estado da Defesa. **MD33-M-10: Garantia da Lei e da Ordem**. 1. Ed. Brasília, DF, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério de Estado da Defesa. **MD33-M-12: Operações interagências**. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Manual de Campanha **EB70-MC-10.221: Cooperação Civil-Militar**. 1. ed. Brasília, DF, 2017a.

\_\_\_\_\_. Exército Brasileiro. Manual **EB20-MC-10.201: Operações em Ambiente Interagências**. 1ª ed. Brasília, DF, 2013.

RIO DE JANEIRO. IFERJ. **Plano Estratégico da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. IFERJ. **Plano de Aquisições da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. IFERJ. **Plano Orçamentário da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2018.

RODRIGUES, Rute Imanishi. **A Intervenção Federal no Rio de Janeiro e as Organizações da Sociedade Civil**. Rio de Janeiro, RJ. IPEA, 2019.

BRASIL. Portaria nº 52, de 25 de fevereiro de 2019. BRASIL. Aprova o Plano de Aquisições da Intervenção Federal na área de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 fev. 2019. Seção 1, p. 3-17.

CID, Mauro Cesar Barbosa; GOLDONI, Luiz Rogério. Complexidade logística nas operações de manutenção de paz: um desafio. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Rio Grande do Sul, v.6, n. 11, p. 118-135, 1. sem. 2017.

BOUTELLIS, Arthur; SMITH, Adam C. *Engineering Peace: The Critical Role of Engineers in UN Peacekeeping*. New York: International Peace Institute. 2014.

TONIOLO, Eduardo Augusto Oliveira. **O APOIO LOGÍSTICO NAS OPERAÇÕES EM AMBIENTE INTERAGÊNCIAS**. 2018. 62 f. Tese (Pós-graduação) - Curso de Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-maior do Exército - ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. Portal da Transparência. Disponível em: <<http://portaltransparencia.gov.br>> Acesso em: 19 ago 2019.